



Handwritten initials and a signature.

PROCEDIMENTO CONCURSAL N.º 5/2025

Candidatos/as admitidos/as para o Método de Seleção – Prova de Conhecimentos

Nos termos do artigo 16.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, foram convocados/as para estarem presentes no próximo dia 18 de junho de 2026, 5.ª feira, às 9h30, nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, 2560-303 Torres Vedras, para a aplicação do primeiro método de seleção – Prova de Conhecimentos, os/as seguintes candidatos/as:

Adelaide Maria Silva Cabral
Ana Catarina Rosado Valente Amaro de Brito Santos
Ana Catarina Santos Chá
Ana Cristina Reis Lisboa
Ana Inês Silva Domingues
Ana Isabel Inácio António
Ana Margarida Pires Cravo Gonçalves
Ana Raquel Correia Nunes
Ana Raquel Oliveira Faria da Silva
Ana Rita Bernardo Nobre da Cruz
Ana Rita dos Santos Sousa
Ana Sofia de Sousa Lobo da Silva Levy
André Manuel Silva Baltazar
André Ricardo Damas Martinho
Andreia Azevedo de Almeida
Andreia Cristina Alves Afonso
Ângela Marisa Alves Miranda
Beatriz Matias Poge de Almeida
Beatriz Raposo Camilo da Silva
Camila Souza do Carmo
Carina Isabel Pacheco Bento de Oliveira
Carla Maria Decoroso Vieira
Carlos Jorge Raimundo Wossi
Carolina de Almeida Durão Martins Prata
Carolina Varela Gomes Rodrigues Lazana
Cátia Soraia Mendes Fernandes
Cecília Maria dos Santos da Silva
Célia Andreia Pereira de Sousa Vicente
Cláudia Alexandra Leiria da Conceição
Cláudia Sofia Santos Moita
Daniel Jorge Franco Batista
Diana Margarida Alves Henriques
Diana Silva Mota Martins
Duarte da Costa Ricardo



Bruna Gomes
(Presidente do Júri)

Sérgio Morais
(1º Vogal)

Esmeralda Arsénio
(2º Vogal)

A prova será escrita e realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos e com a tolerância de 15 minutos. Será composta por 6 questões de escolha múltipla, valoradas a 1 valor cada; 4 questões de resposta direta, valoradas a 2 valores cada e 1 questão de desenvolvimento, valorada com 6 valores.

Não é permitida a consulta de bibliografia. É permitida apenas a consulta de legislação, sem anotações, devendo os candidatos interessados em fazer uso desta faculdade, trazer cópia da mesma.

Como suporte pode ser consultada a seguinte legislação e/ou informação:

- Código do Procedimento Administrativo (CPA) – Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) – Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
- Código dos Contratos Públicos (CCP) – Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro;
- Tramitação do Procedimento Concursal de Recrutamento - Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as entidades Intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico - Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Lei da Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 58/2019 de 8 de agosto.